

CRISE ECONÔMICA E A TRANSIÇÃO DO EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

Joana Costa¹
Felipe Mendonça Russo²
Guilherme Hirata³
Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa⁴

1 INTRODUÇÃO

Ainda que os dados mais recentes revelem dinâmica mais favorável no mercado de trabalho brasileiro – com geração de empregos, apesar dos indicadores ruins de atividade econômica –, este segue bastante deteriorado, permeado por altos contingentes de desocupados, desalentados e subocupados. Com o período de recessão econômica, iniciada no segundo trimestre de 2014, a taxa de desemprego disparou, alcançando 13,8% no primeiro trimestre de 2017 e reduzindo-se desde então para 12,7%, no primeiro trimestre de 2019.⁵

A análise da transição no mercado de trabalho mostra que a crise gerou tanto queda na proporção de desempregados que conseguem obter um emprego quanto elevação da parcela de ocupados que foram demitidos. O número de pessoas fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento também vem aumentando sistematicamente desde o acirramento da crise, a partir de 2015.⁶ No trimestre encerrado em abril, havia 4,88 milhões de desalentados no país, o que representa aumento de 4,2% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior.

1. Técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <joana.costa@ipea.gov.br>.

2. Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail*: <felipe.russo@ipea.gov.br>.

3. Pesquisador do IDados. *E-mail*: <guilherme@idados.id>.

4. Técnica de planejamento e pesquisa do Ipea e professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Rio de Janeiro (Ibmec-RJ). *E-mail*: <ana.barbosa@ipea.gov.br>.

5. A maior parte das informações sobre a conjuntura de mercado de trabalho nesta introdução foi obtida no *Boletim de Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* nº 66, de maio de 2019, e na *Carta de Conjuntura* nº 43, segundo trimestre de 2019, seção VIII, ambas publicações do Ipea.

6. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica os motivos associados ao desalento de acordo com as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: *i*) não conseguia trabalho adequado; *ii*) não tinha experiência profissional ou qualificação; *iii*) ser considerado muito jovem ou muito idoso; e *iv*) não havia trabalho na localidade.

De acordo com o IBGE, aproximadamente 15% das mulheres ocupadas (mais de 6 milhões de pessoas) eram empregadas domésticas no Brasil no primeiro trimestre de 2012 – dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE. No primeiro trimestre de 2019, essa proporção se reduziu para 13,99% das mulheres ocupadas. Caracterizada por ser uma atividade tipicamente feminina e tipicamente negra – mais de 90% dos trabalhadores domésticos são mulheres e mais de 60% das mulheres que são empregadas domésticas são negras –, essa ocupação é historicamente associada a más condições de trabalho, como a informalidade, os salários baixos e as horas de trabalho semanais elevadas (Pinheiro, Gonzalez e Fontoura, 2012). Assim como todo o mercado de trabalho brasileiro, o emprego doméstico foi certamente afetado pela crise econômica, seja pelo lado da oferta, seja pelo lado da demanda das famílias por empregadas domésticas.

O objetivo desta nota é o de analisar o processo de transição do emprego doméstico – com e sem carteira de trabalho assinada – para a inatividade e o desemprego, entre outros estados ocupacionais, ao longo do período 2012-2018 no Brasil. Em particular, pretendemos investigar a evolução da transição do emprego doméstico no contexto da recessão econômica brasileira iniciada em 2014.

Vale destacar que o emprego doméstico passou por ampla reforma em sua legislação ao longo do período de análise – entre o mês de abril de 2013 e outubro de 2015.⁷ A reforma, basicamente, garantiu às empregadas domésticas os mesmos direitos aos quais todos os outros trabalhadores tinham acesso. A evidência empírica dos efeitos dessa mudança institucional sobre o emprego doméstico ainda é incipiente, mas os poucos estudos existentes mostram que houve aumento da formalização e dos salários, bem como algum impacto negativo na empregabilidade (Costa, Barbosa e Hirata, 2016; Pires, 2016).

A crise econômica sem dúvida afeta a dinâmica no mercado de trabalho e a transição para outros estados ocupacionais do emprego como um todo e do doméstico em particular. A ideia é realizar a análise de transição tanto para as domésticas quanto para as empregadas do setor privado, bem como comparar os resultados. Tendo-se em vista a ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, é possível que a crise econômica as afete de forma similar a outras ocupadas, apesar de serem ocupações de naturezas bastante distintas.

Embora não possamos sugerir uma causalidade no sentido de “antes e depois” da crise, observamos que, a partir de 2014, a evolução da transição das empregadas domésticas foi bastante semelhante às do setor privado, em especial no que diz respeito ao aumento da transição para o desemprego para as sem carteira assinada.

7. Ver Emenda Constitucional (EC) nº 72, 2 de abril de 2013 – que ficou conhecida como a “Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas” – e Lei Complementar (LC) nº 150, de junho de 2015.

Além desta introdução, esta nota está organizada da seguinte forma: a seção 2 apresenta a base de dados. A seção 3 descreve características gerais do mercado de trabalho para as mulheres ao longo do período 2012-2018: informalidade e rendimento entre as empregadas, e também a evolução da taxa de desemprego. Por fim, a seção 4 traz os principais resultados e mostra a evolução da transição das empregadas do setor privado e empregadas domésticas para a inatividade e o desemprego, da transição e permanência para a informalidade e da transição e permanência para a formalidade, ao longo do período 2012-2018 no Brasil.

2 BASE DE DADOS

A base de dados utilizada tem como fonte a PNAD Contínua, realizada pelo IBGE. De abrangência nacional, essa pesquisa fornece informações demográficas, de trabalho e socioeconômicas, além das características dos domicílios onde os entrevistados residem. É uma base em formato de painel, que permite o acompanhamento dos indivíduos ao longo de um ano. Cada domicílio é entrevistado em cinco trimestres consecutivos: após ser pesquisado em um mês, o domicílio está fora da amostra nos dois meses seguintes e, então, é entrevistado novamente no terceiro mês. Considerando-se quatro trimestres em um período de ano (janeiro-março; abril-junho; julho-setembro; e outubro-dezembro), isso implica que há informações sobre o mesmo agregado familiar por cinco trimestres consecutivos. Após a quinta entrevista, o domicílio é retirado da amostra.

Enquanto o IBGE fornece um identificador para o domicílio que nos permite segui-lo até que este deixe a amostra, isso não ocorre para os indivíduos. Assim, construímos nosso próprio identificador no nível de indivíduo, utilizando sua data de nascimento e gênero, bem como permitindo seu acompanhamento, desde que ele não mude de residência. Dessa forma, no período analisado, conseguimos acompanhar mais de 80% dos entrevistados.

A amostra final restringe-se às mulheres entre 14 e 65 anos de idade, totalizando 1,6 milhão de mulheres ao longo de 28 trimestres, sendo mais 161 mil trabalhadoras domésticas em algum momento.

3 CONTEXTO GERAL: INFORMALIDADE, DESEMPREGO E RENDIMENTOS DO TRABALHO ENTRE AS MULHERES

Nos gráficos a seguir, a área hachurada representa o período caracterizado pela variação negativa do produto interno bruto (PIB), que teve início no segundo trimestre de 2014 e persistiu até o último trimestre de 2016. Nesse cenário de recessão econômica, a taxa de desemprego entre as mulheres aumentou especialmente a partir de 2015. O gráfico 1 exibe aumento de 7,8%, no quarto trimestre de 2014, para 15,9%, no primeiro trimestre de 2017. O período pós-recessão caracteriza-se por lenta recuperação da economia e do mercado de trabalho, que permanece com elevada taxa de desemprego. O último trimestre de 2018 registrou taxa de desemprego feminina de 13,5%.

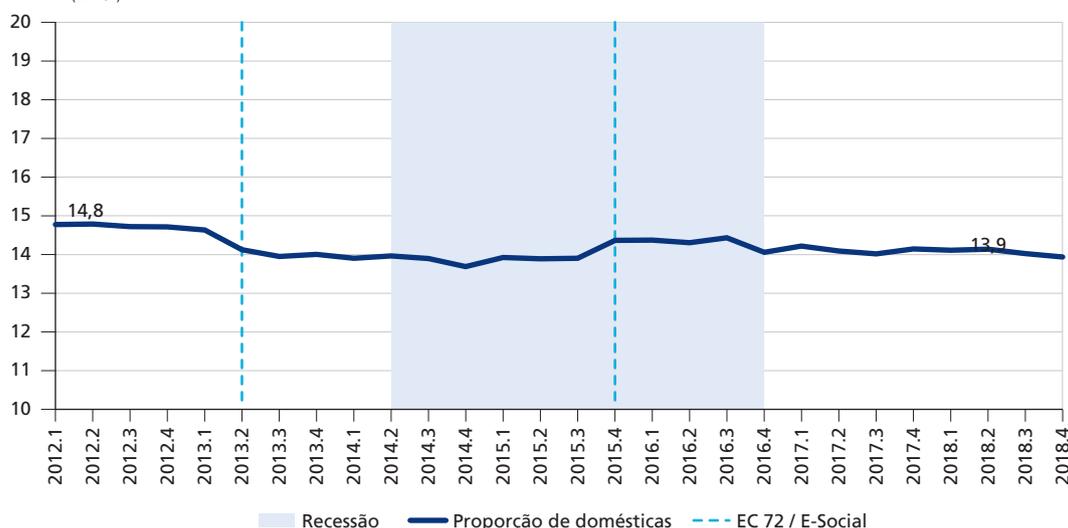
GRÁFICO 1
Evolução do desemprego entre mulheres de 14 a 65 anos – Brasil (2012-2018)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua.
Elaboração dos autores.

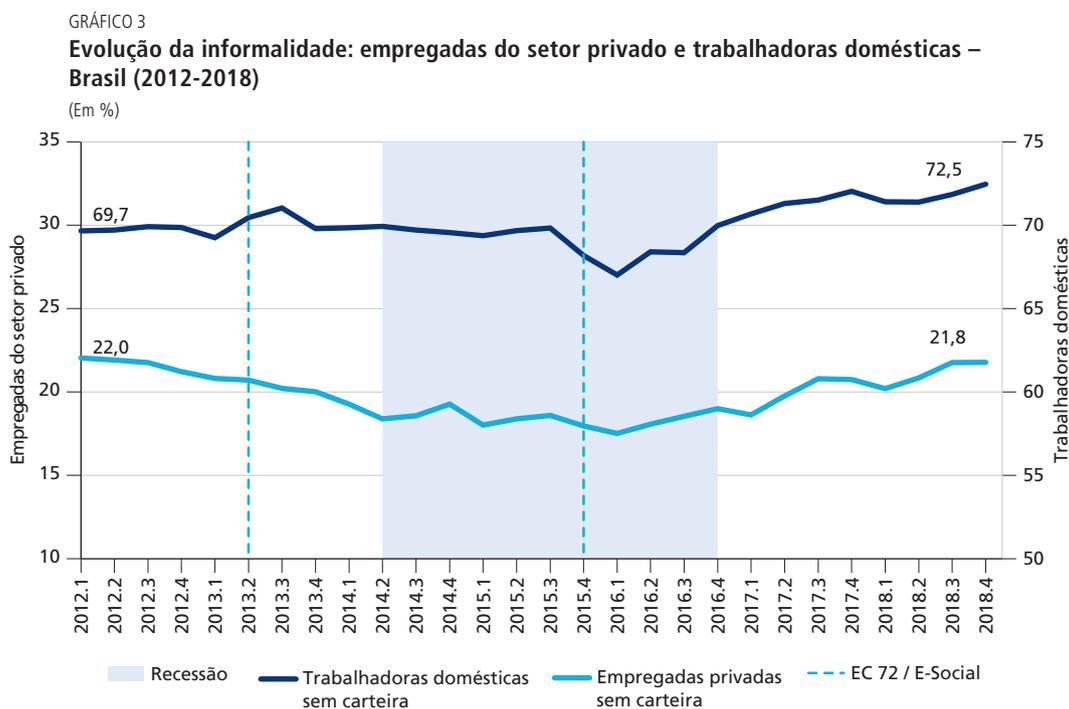
Tendo-se em vista a elevação do desemprego, é possível que um cenário de crise afete as expectativas do trabalhador e o deixe mais propenso a aceitar ocupações que não aceitaria em condições normais. Nesse sentido, algumas ocupações como a de empregada doméstica – principalmente informais – são consideradas como um “colchão amortecedor” que poderia absorver indivíduos com maiores dificuldades de recolocação. O gráfico 2, a seguir, mostra que, no período de recessão, houve interrupção da tendência de queda da proporção de trabalhadoras domésticas, mas não ocorreu aumento relevante. Ou seja, a ocupação de domésticas não exerceu tanto essa função de “colchão”. Uma explicação para isso seria a queda da demanda por esse tipo de trabalho no contexto da recessão.

GRÁFICO 2
Evolução da proporção de domésticas entre mulheres ocupadas, entre 14 e 65 anos – Brasil (2012-2018)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua.
Elaboração dos autores.

Em relação à informalidade, é importante ressaltar que, por terem menor custo para a extinção, os postos de trabalho informais podem ser os primeiros a serem eliminados durante a recessão. De fato, considerando-se o período analisado, o gráfico 3 apresenta que a menor proporção de trabalhadoras sem carteira assinada ocorreu no primeiro trimestre de 2016 – ou seja, em meados da recessão. Nesse momento, havia 67% e 17,5% ocupações sem carteira entre as trabalhadoras domésticas e as empregadas privadas, respectivamente. Chama atenção a diferença de cerca de 50 pontos percentuais entre essas diferentes ocupações que se mantém apesar das mudanças institucionais que equiparam os direitos trabalhistas das domésticas. Nos gráficos, estão assinaladas a aprovação da EC nº 72, no segundo trimestre de 2013, e a implementação do E-Social, no último trimestre de 2015. A recuperação da economia tem sido devagar e ocorrido principalmente nos setores informais, o que explica o aumento da proporção das trabalhadoras sem carteira assinada nos anos mais recentes. Ao final de 2018, cerca de 21,8% e 72,5% estavam na informalidade entre as trabalhadoras empregadas e as domésticas, respectivamente.



Entre as trabalhadoras que são empregadas privadas ou empregadas domésticas, o período da recessão representou interrupção na tendência de crescimento do rendimento médio real da ocupação principal (gráfico 4). Antes da recessão, entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro de 2014, o rendimento cresceu cerca de 4,7% para as empregadas com carteira, 9,7% para as domésticas com carteira e 13,2% para as domésticas sem carteira. Todavia, durante a recessão, considerando-se o segundo trimestre de 2014 e o segundo de 2016, as respectivas variações corresponderam a 1%, 0,8% e 0%. Ou seja, apesar de a recessão não ter implicado variação negativa no rendimento principal das

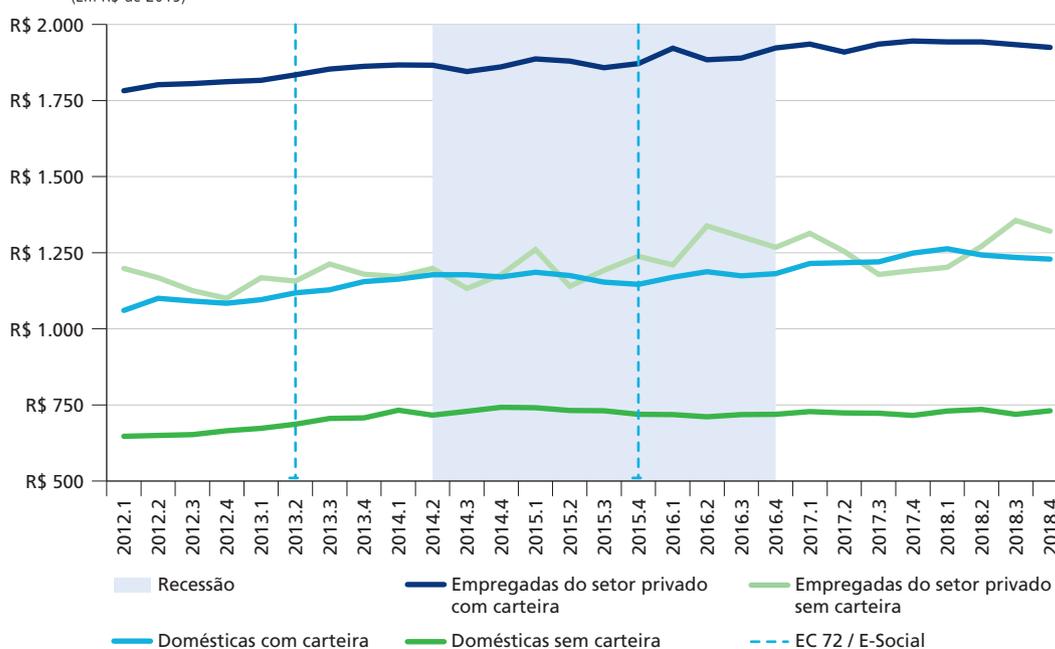
trabalhadoras aqui consideradas, houve desaceleração na tendência de crescimento. A evolução do rendimento das empregadas privadas sem carteira apresenta comportamento mais errático, sem tendência clara.

De modo geral, é importante ainda mencionar que existem grandes diferenças salariais entre as diferentes trabalhadoras. As empregadas privadas com carteira assinada recebem cerca de 60% a mais que as domésticas com carteira, cujo patamar salarial equivale ao das empregadas privadas sem carteira. Por sua vez, as domésticas sem carteira possuem rendimento que corresponde a cerca de 60% em relação ao da doméstica com carteira. Novamente, é evidenciada a situação desprivilegiada das empregadas domésticas no que concerne às outras trabalhadoras, apesar da ampliação dos seus direitos trabalhistas.

GRÁFICO 4

Evolução do rendimento habitual do trabalho principal: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2018)

(Em R\$ de 2019)



Fonte: PNAD Contínua.
Elaboração dos autores.

4 ANÁLISE DE TRANSIÇÃO PARA A INATIVIDADE E O DESEMPREGO, BEM COMO PARA A INFORMALIDADE E A FORMALIDADE

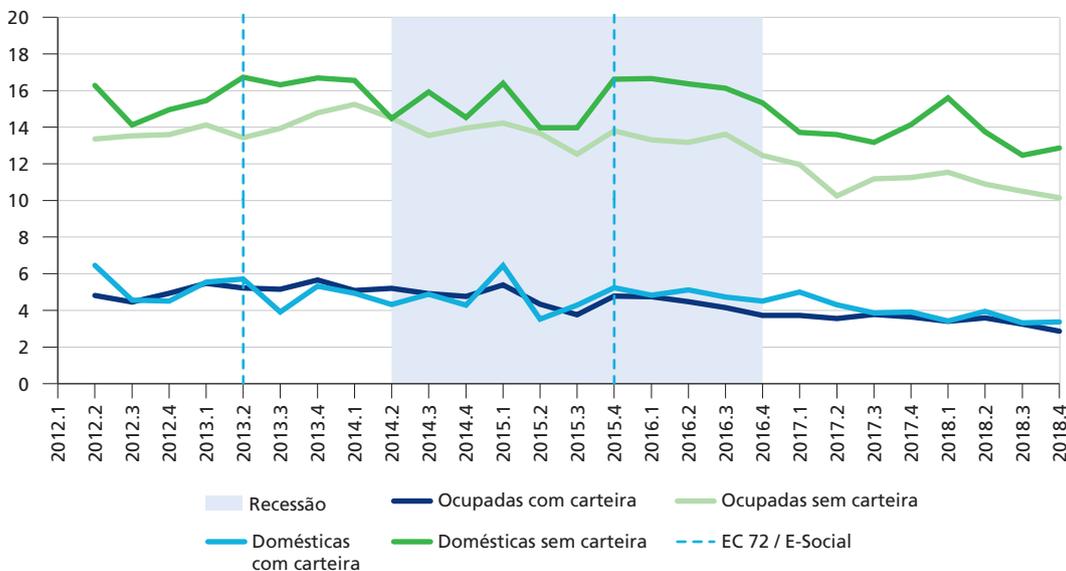
Além de acompanhar a evolução dos níveis de desemprego e informalidade, os dados da PNAD Contínua possibilitam analisar as transições entre as diferentes situações para as trabalhadoras: ocupadas, desocupadas ou inativas; e formal ou informal. Assim, nesta seção, analisaremos e compararemos as transições para as trabalhadoras que são empregadas domésticas e aquelas que são empregadas privadas para o período 2012-2018.

4.1 Inatividade e desemprego

A análise do gráfico 5 mostra que, entre as ocupadas, aquelas que possuem a maior chance de transitar para a inatividade são as domésticas sem carteira assinada. O auge da série ocorreu no quarto trimestre de 2015, em que cerca de 14,5% das domésticas sem carteiras no trimestre anterior migraram para a inatividade. Em seguida, são as empregadas privadas sem carteira que têm maiores chances de ir para a inatividade. As ocupadas com carteira assinada, sejam domésticas ou empregadas privadas, apresentam chances menores e bem próximas. No último ponto da série, o terceiro trimestre de 2018, entre as empregadas sem carteira do trimestre anterior, cerca de 13% das domésticas e 10% das ocupadas privadas foram para a inatividade. Esse percentual corresponde a apenas 3% para as empregadas com carteira assinada, sejam domésticas ou não.

Vale ressaltar que o período da recessão não parece ter ocasionado modificação substancial da tendência de migrar para a inatividade entre as ocupadas. Por sua vez, a posse da carteira assinada afeta significativamente as chances de tornar-se inativa. As empregadas que estão na informalidade apresentam maiores chances de ir para a inatividade, especialmente as domésticas.

GRÁFICO 5
Ocupadas que transitaram para a inatividade: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2018)
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua.
 Elaboração dos autores.

Por sua vez, em relação à transição para o desemprego, o gráfico 6 evidencia que o período de recessão se caracteriza por tendência ascendente das chances de se tornar desocupada, notadamente para as empregadas sem carteira assinada. Considerando-se os segundos trimestres de 2014 e 2016, entre as empregadas sem carteira que estão ocupadas

no trimestre anterior, houve aumento de 4,3% para 7,3% da proporção que transita para o desemprego. Para o grupo das domésticas sem carteira, o aumento correspondente foi de 3,8% para 5,9%.

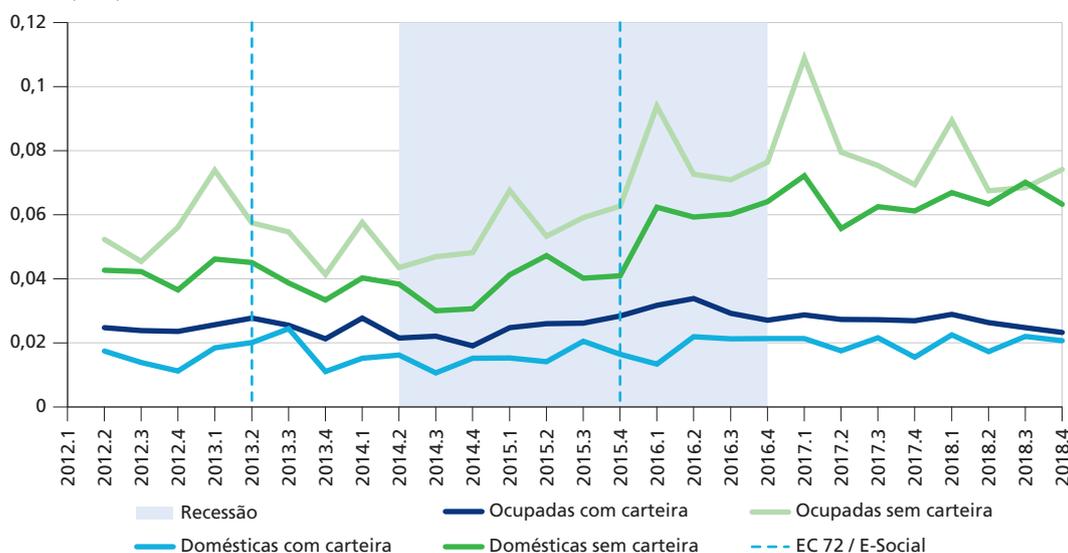
As trabalhadoras que possuem carteira assinada não apenas foram menos afetadas no período de recessão, pois apresentaram tendência crescente menos intensa, como também apresentaram chances inferiores de tornarem-se desempregadas ao longo de todo o período. No último trimestre de 2018, enquanto mais de 6% das trabalhadoras com carteira transitaram para o desemprego, menos de 2,5% das sem carteira estavam desempregadas.

Outro ponto importante a ser notado é que as trajetórias das domésticas e das ocupadas privadas são bastante similares durante o período de recessão. Ou seja, a crise parece ter afetado ambas as categorias de emprego da mesma forma.

GRÁFICO 6

Ocupadas que transitaram para o desemprego: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2018)

(Em %)



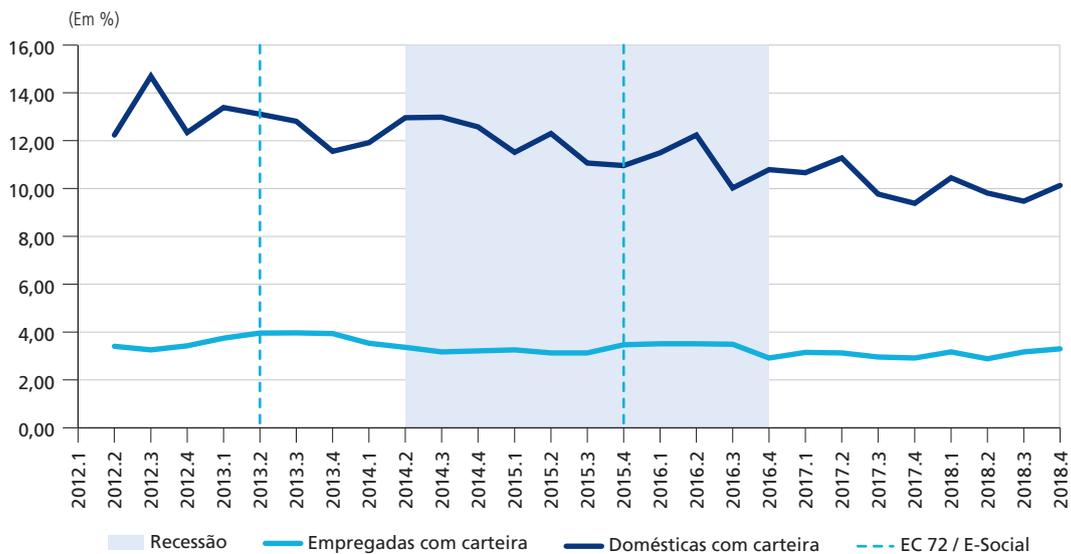
Fonte: PNAD Contínua.
Elaboração dos autores.

4.2 Informalidade e formalidade

Entre as ocupadas que possuem a carteira assinada, a transição para a informalidade é maior para as domésticas. O gráfico 7 mostra que, ao final do período analisado, cerca de 10% e 3% transitaram para a informalidade, entre as domésticas e as empregadas privadas, respectivamente. Apesar de notarmos uma leve queda da transição para informalidade das domésticas de 2012 para 2018 (12,34% e 10,13%, no quarto trimestre dos respectivos anos), o período da crise não parece ter afetado de forma substancial a trajetória desse indicador para ambos os grupos observados. O gráfico 8 corrobora as conclusões do gráfico 6, ao revelar que as chances de manter-se com carteira são maiores para as empregadas privadas do que para as domésticas, até mesmo com esse grupo experimentando leve aumento em sua permanência na formalidade ao final do período. Durante a recessão, não há mudança significativa na trajetória dessas proporções.

GRÁFICO 7

Ocupadas formais que transitaram para a informalidade: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2018)



Fonte: PNAD Contínua.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8

Ocupadas formais que permaneceram na formalidade: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2018)



Fonte: PNAD Contínua.
Elaboração dos autores.

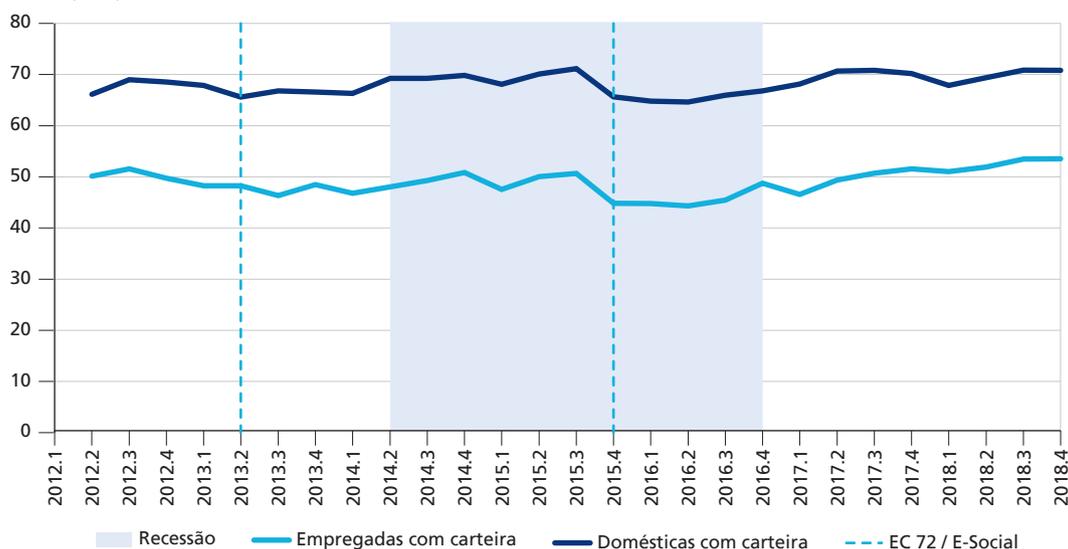
Os gráficos 9 e 10 complementam a análise dos gráficos 7 e 8, e mostram as transições para as trabalhadoras sem carteira assinada. Novamente, as domésticas apresentam maiores chances de permanecer na informalidade e menores de transitar para a formalidade; porém, suas trajetórias não parecem ter sido afetadas de forma diferenciada pela crise. Ainda assim, os dois grupos de trabalhadoras apresentam taxas de transição para empregos com carteira assinada menores ao fim do período. Cerca de 5,3% das domésticas sem carteira assinada conseguiram um emprego com carteira assinada no quarto trimestre de 2018, contra 8,4%

no mesmo período de 2012. Para as empregadas privadas sem carteira, essa proporção foi de 14%, em 2018, contra 16,8%, em 2012. A deterioração do mercado de trabalho, visto na subseção 4.1, tornou ainda mais difícil para trabalhadoras sem carteira assinada – tanto domésticas como empregadas em outros setores – conseguir transitar para um emprego formal, inclusive após o fim dos resultados negativos do PIB em 2016.

GRÁFICO 9

Ocupadas informais que permaneceram na informalidade: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2018)

(Em %)

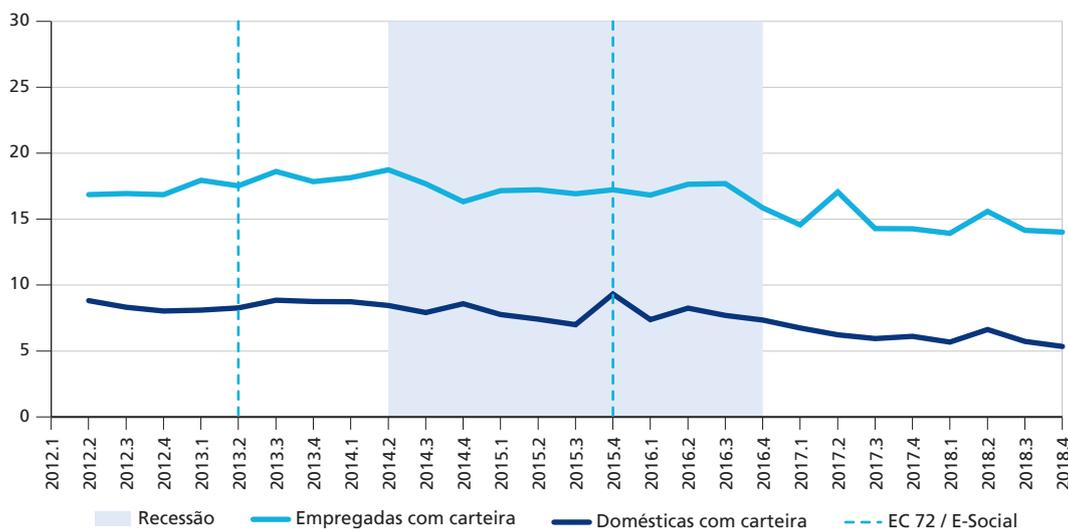


Fonte: PNAD Contínua.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 10

Ocupadas informais que transitaram para a formalidade: empregadas do setor privado e trabalhadoras domésticas – Brasil (2012-2018)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua.
Elaboração dos autores.

Em suma, apesar de as domésticas apresentarem condições de trabalho piores em diferentes dimensões, ao compará-las com outras trabalhadoras empregadas em postos de trabalho privado, o período de recessão parece ter afetado ambas as categorias de forma similar. De modo especial, a crise econômica significou aumento nas chances de transitar para o desemprego, que parece ter se mantido em um nível mais alto até o final do período analisado.

REFERÊNCIAS

COSTA, J.; BARBOSA, A. L.; HIRATA, G. **Efeito da ampliação dos direitos trabalhistas sobre a formalização, jornada de trabalho e salários das empregadas domésticas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2241).

PINHEIRO, L.; GONZALEZ, R.; FONTOURA, N. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2012. (Nota Técnica, n. 10).

PIRES, P. O. M. **Labor rights, formality and spillovers: evidence from Brazil**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2016.

